

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 648540 - PR (2014/0341721-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295
RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS - PR015711
MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR E OUTRO(S) - PR042277

AGRAVADO : ADRIANE GEREMIA
AGRAVADO : ALMIR ANTONIO MOLOSSI
AGRAVADO : AMARILDO FRANCISCO PALARO
AGRAVADO : ANTONIETA TEREZINHA CHIOQUETTA
AGRAVADO : MARITANIA RUARO
AGRAVADO : ELAINE RETI
AGRAVADO : ELAINE GEREMIA
AGRAVADO : ELOIR GEREMIA
AGRAVADO : HELENA MARIA GERON
AGRAVADO : JOÃO ALBERTO GERON
AGRAVADO : LOURDES FACIM
AGRAVADO : MARIA ONDINA PEROZZO BOSCATTO
AGRAVADO : PRECEDES BORILLE
AGRAVADO : SALETE BERTOLDO PIOVESAN
AGRAVADO : SENIO ABATTI
AGRAVADO : DEIVIS VENDRUSCOLO
AGRAVADO : FRANCIELI VENDRUSCOLO
AGRAVADO : NEUSA S VENDRUSCOLO
AGRAVADO : ROSANE APARECIDA VENDRUSCOLO DE BRITES
AGRAVADO : VALNIR GASPERIN
AGRAVADO : VICENTE VASATA
AGRAVADO : ZIDIO BERTOLDO
AGRAVADO : ZILMA MARIA VASATTA
ADVOGADOS : JOSÉ RODRIGO DE ANDRADE MACHADO E OUTRO(S) - PR047651
CAMILA GABRIELA NODARI - PR047561

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECONHECIMENTO. 2. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. NECESSIDADE. REGULARIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. POSSIBILIDADE. 3. AGRADO DESPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência da Segunda Seção do STJ, "a instituição financeira depositária é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide em que se pretende o recebimento das diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II" (REsp 1.147.595/RS [art. 543-C do CPC/1973], Rel. Min. Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 8/9/2010, DJe 6/5/2011).

2. Há necessidade de prévia liquidação de sentença proferida na ação coletiva para apuração do *an debeatur* e do *quantum debeatur*, sob pena, inclusive, de indeferimento liminar do pedido de execução do título executivo judicial. Entendimento firmado no REsp n. 1.247.150/PR (art.

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019 534-C do CPC/1973). É possível que as instâncias ordinárias regularizem o vício formal, notadamente quando ausente qualquer prejuízo para a instituição financeira devedora.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

